

§ 5º No caso do inciso V, a fim de viabilizar a análise a ser realizada pela CPC, o parceiro deverá instruir sua requisição com relatório sintético e circunstanciado, no qual se registre a motivação para instauração do processo e se especifique a infração cometida pela entidade, remetendo-se, quando for o caso, suficientes documentos comprobatórios e demais elementos que permitam a formação motivada de convicção sobre os fatos narrados.

§ 6º A CPC poderá suspender a entidade credenciada, em caráter excepcional, quando considerar haver risco iminente para a Administração, mediante a adoção de providência acauteladora, devidamente motivada.

Art. 12. A entidade credenciada deverá ser descredenciada nos seguintes casos:

I - quando constatada má-fé, dolo, falsidade ideológica ou outras tentativas de fraude após o credenciamento, na participação em chamadas públicas ou na execução de contratos celebrados no âmbito do Programa Cisternas;

II - quando se comprovar malversação de recursos públicos na execução das ações vinculadas ao Programa Cisternas;

III - quando constatada a exigência de contraprestação financeira aos beneficiários na execução de contratos firmados no âmbito do Programa Cisternas;

IV - quando for aplicada sanção contratual à entidade em mais de cinquenta por cento dos contratos firmados em um período de 24 (vinte e quatro) meses;

V - quando a entidade estiver em situação de inadimplência após o encerramento da vigência de contratos celebrados com parceiros da União na execução do Programa Cisternas;

VI - quando não houver devolução de recursos no caso de execução parcial de contratos firmados pela entidade para a execução do Programa Cisternas, a pedido da contratante ou após avaliação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome ao final da análise da execução dos instrumentos de parceria;

VII - quando a entidade credenciada, seus representantes ou prepostos forem condenados, por meio de decisão penal condenatória transitada em julgado, por prática de crime que atinja a comunidade beneficiada ou beneficiários singulares, em especial crime ambiental e crime contra a dignidade sexual, ficando demonstrado na instrução do processo de descredenciamento que a entidade credenciada não tomou providências suficientes para minimizar os danos ou impedir a reiteração ou continuidade de ações delituosas nos casos referentes à responsabilidade penal individual; ou

VIII - quando constatada a participação de servidor público em sua gerência ou administração, em desrespeito às normas específicas que regem a proibição.

§ 1º Para o descredenciamento, deverá ser demonstrado que se garantiu à entidade o direito à ampla defesa e ao contraditório e que não houve o saneamento das pendências documentais ou contratuais no prazo concedido, conforme o caso.

§ 2º A entidade descredenciada na forma dos incisos I, II, III, IV, V e VI poderá realizar novo pedido de credenciamento à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional somente após o período de 36 (trinta e seis) meses do descredenciamento, desde que comprove ter reparado o dano causado ou faça prova de ter corrigido as irregularidades que levaram ao descredenciamento.

§ 3º A entidade descredenciada na forma do inciso VII somente poderá realizar novo pedido de credenciamento após o período de 60 (sessenta meses) do descredenciamento, devendo seus dirigentes, em adição à comprovação dos critérios de credenciamento, realizar formação junto à CPC sobre o tema que gerou o descredenciamento.

§ 4º A entidade descredenciada na forma do inciso VIII poderá realizar novo pedido de credenciamento após 12 (doze) meses do descredenciamento, desde que comprove ter adotado providências quanto à situação que ensejou o descredenciamento.

Art. 13. A relação das entidades credenciadas, com credenciamento suspenso e descredenciadas será divulgada no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e atualizada de forma tempestiva sempre que houver alteração da situação.

Art. 14. Fica revogada a Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexos

Anexo I - Modelo de ofício de solicitação de credenciamento

Anexo II - Modelo de declaração de abrangência

Anexo III - Formulário de comprovação de experiência da entidade

Anexo IV - Modelo de declaração/atestado de cumprimento de contratos

Anexo V - Lista de documentos comprobatórios do atendimento aos

requisitos

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

ANEXO I

OFÍCIO PARA FORMALIZAÇÃO DE INTERESSE AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

<Nome do(a) Secretário(a)>

Secretário(a) Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Assunto: Encaminhamento de pedido de Credenciamento junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para participação em processos de chamada pública no âmbito do Programa Cisternas

Senhor(a) Secretário(a),

Encaminho para apreciação da Comissão Permanente de Credenciamento da SESAN/MDS, o pedido de credenciamento junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a fim de pleitear habilitação para participação em processos de chamada pública no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.

Atenciosamente,

Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO SOBRE ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Eu, _____, representante legal da entidade privada sem fins lucrativos _____, declaro para fins de credenciamento e atuação no Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas que a área de abrangência territorial da entidade corresponde a (indicar) _____.

Data e local:

Representante Legal da Entidade

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Formulário de Informações	
Credenciamento - Programa Cisternas	
I - Dados da entidade	
a) Da entidade	
Nome:	
Sigla:	
CNPJ:	
Endereço:	

CEP:	
Telefone(s):	
Fax:	
E-mail(s):	
b) Do Representante legal da entidade	
Nome Completo:	
RG:	Órgão Expedidor:
CPF:	
Cargo:	
E-mail(s):	
Telefone(s):	

II -Experiências da entidade					
Relacionar os projetos já executados ou em execução que visem ao desenvolvimento rural ou segurança alimentar					
Programa/Projeto:	Descrição das ações:	Valor:	Famílias atendidas:	Vigência:	Execução concluída? (Sim/Não)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO A CONTEÚTO DE OBJETO DE CONTRATO, CONVÊNIO OU CONGÊNERE

A (O) (nome do órgão ou entidade contratante) _____, por meio de seu representante legal, _____, atesta que a entidade privada sem fins lucrativos (nome da entidade) _____ executou a conteúdo o objeto dos seguintes contratos ou instrumentos congêneres:

Contrato ou congêneres: _____

Objeto: _____

Meta: _____

Valor: _____

Vigência: _____

Executado no âmbito do Programa Cisternas? Qual o instrumento de parceria entre o contratante e a União?

Contrato ou congêneres: _____

Objeto: _____

Meta: _____

Valor: _____

Vigência: _____

Executado no âmbito do Programa Cisternas? Qual o instrumento de parceria entre o contratante e a União?

Contrato ou congêneres: _____

Objeto: _____

Meta: _____

Valor: _____

Vigência: _____

Executado no âmbito do Programa Cisternas? Qual o instrumento de parceria entre o contratante e a União?

Data e local:

Representante Legal do Órgão ou Entidade Contratante

ANEXO V

LISTA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS

Descrição do documento	Nome e extensão do documento	Indique, se houver, qual o instrumento jurídico vinculado

GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO GGPAА № 26, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera a Resolução GGPAА nº 23, de 27 de agosto de 2025

O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (GGPAА), no uso das atribuições de que tratam o art. 3º da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, o inciso IV do art. 3º e os arts. 25 e 26 do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, resolve:

Art. 1º Os art. 2º, 3º, 4º e 6º da Resolução GGPAА № 23, de 27 de agosto de 2025 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

I - produtos possíveis de amparo:

d) castanha de baru in natura (NCM 080211000)

e) castanha de baru processada (NCM 20081900)

IV - período para a contratação pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab): até 31 de dezembro de 2025; (NR)

Art. 3º Para ter acesso à modalidade AFE a organização da agricultura familiar exportadora deverá apresentar a Proposta de Participação (PP), conforme anexo I desta resolução, até 15 de dezembro de 2025, contendo, no mínimo: (NR)

Art. 4º



Parágrafo único. Fica dispensada a apresentação da cópia dos contratos firmados para venda, no ano de 2025, para os Estados Unidos da América, de que trata o inciso III deste artigo, caso a organização comprove, por meio de outros documentos adicionais, as perdas potenciais de exportação para aquele país. (NR)

Art. 6º

§ 3º Caberá ao GGPAА avaliar a possibilidade de entrega de outros produtos em substituição ao originalmente contratado, mediante justificativa formal apresentada pela organização fornecedora.

§ 4º Autorizada a substituição de que trata o § 3º, os produtos deverão observar os mesmos preços praticados na modalidade de compra com doação simultânea." (NR)

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA TERRA REIS
p/Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

SÍLVIO ISOPPO PORTO
p/Companhia Nacional de Abastecimento

LILIAN DOS SANTOS RAHAL
p/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO
p/Ministério da Fazenda

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 308, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, a empresa SOGEFI SUSPENSION BRASIL LTDA. (CNPJ nº 02.042.860/0001-13), conforme processo nº 19687.014003/2025-43, de 04 de novembro de 2025.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de novembro de 2025 até 31 de janeiro de 2029.

Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Lei nº 14.902, de 2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 309, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, resolve:

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 808, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025

Resultado final da seleção de candidatos à bolsas no âmbito do Subprograma Pesquisa e Desenvolvimento em Infraestrutura da Qualidade, do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria MDIC nº 1.956, de 07 de março de 2023, no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, pelo Decreto nº 11.221, de 05 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 302, de 12 de julho de 2023, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.007099/2025-71, resolve:

Art. 1º Tornar público o Resultado Final do processo Seletivo do Edital nº 1/2025 para concessão de bolsas de apoio ao desenvolvimento de Ações Temáticas, por meio da participação de técnicos e especialistas, em ações, projetos e programas que estejam sob o encargo das unidades organizacionais do Inmetro, conforme quadros anexos, contendo os nomes dos candidatos classificados.

Art. 2º As bolsas serão concedidas por um período inicial de 12 (doze) meses, com previsão de vigência inicial a partir Dezembro/2025, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Inmetro, com possibilidade de renovação mediante apresentação e aprovação de relatório anual de atividades.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO

ANEXO

RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO DE PROPOSTAS SUBMETIDAS AO EDITAL 1/2025

I. DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL (DIMEL)						
VAGAS PREVISTAS NO EDITAL			CLASSIFICAÇÃO POR VAGA			ENQUADRAMENTO POR VAGA (Tabela de Bolsas)
Ação Temática relacionada (Anexo II do edital)	Nº de Vagas	Perfil exigido para vaga	Candidato Classificado	Média Final	Classificação	Nível de Bolsa (DCT)
Desenvolvimento de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e implementação do Programa de Regulamentação Técnica Metrológica (PRTM) em bombas remanufaturadas, refratômetro ARLA 32, sistemas de medição dinâmica para quantidade de líquidos e Gás Natural Veicular (GNV).	1	Pesquisador/Especialista/Técnico de Nível Superior com Doutorado e experiência profissional.	Regina Cassia Mattos de Paula	93,83	1º sem concorrente	DCT-3 100%

